

---

# **O movimento operário em crônicas de Eça de Queiroz: contradições de um “socialista sentimental”**

*The labor movement in chronicles by Eça de Queiroz: contradictions of a “sentimental socialist”*

João Roberto Maia

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz)

## **DOI:**

<https://doi.org/10.37508/rcl.2026.n55a1403>

## **RESUMO**

Análise de crônicas de Eça de Queiroz nas quais o autor trata de questões relativas ao movimento operário na Europa e nos EUA. O ensaio visa expor as contradições e impasses de Eça, um “socialista sentimental”, a respeito da luta de classes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eça de Queiroz; Crônicas; Classe operária.

## **ABSTRACT**

Analysis of chronicles by Eça de Queiroz in which the author deals with issues relating to the labor movement in Europe and the USA. The essay aims to expose the contradictions and impasses of Eça, a “sentimental socialist”, regarding the class struggle.

**KEYWORDS:** Eça de Queiroz; Chronicles; Working class

Reiteradas vezes, em seus textos jornalísticos, Eça de Queiroz ressaltou a importância, para o debate intelectual de seu tempo, das questões geradas pelo movimento operário na Europa, principalmente, e nos Estados Unidos, especificando um conjunto histórico de insatisfações sociais como uma das chaves interpretativas do mundo moderno. A meu ver, nesses escritos de imprensa, o ponto elucidativo é o descompasso entre, de um lado, a fragilidade de certas soluções propostas, cujo teor de escapismo de classe estava bem à vista em face dos antagonismos sociais no século XIX, e os preconceitos ditados por *parti pris* ideológico, e, de outro lado, a lucidez de um intelectual capaz de auscultar a sociedade de seu tempo, desvendando-lhe os problemas que mereciam estar na ordem do dia, e mesmo o eventual radicalismo prospectivo de certas considerações a respeito da luta de classes, fundado na captação de um processo real de radicalização das forças sociais em choque na Europa a partir da década de 1880. Vistas em conjunto, resguardados seus diferentes pesos, visão prospectiva radical e soluções conservadoras, preconceitos de classe e percepção aguda de questões sociais, cuja pertinência confere à reflexão densidade crítica, são posições contraditórias, desajustadas, mas inteligíveis enquanto expressões dos impasses de um escritor como Eça de Queiroz. Em suma, na análise comparativa de algumas crônicas que farei a seguir, meu interesse é o de desvelar e definir a dificuldade de o autor de *O mandarim* formar um ponto de vista mais desanuviado de impasses acerca do movimento operário e suas lutas.

Entre os primeiros textos de Eça de Queiroz, estão aqueles que ele escreveu em 1867 para o jornal *Distrito de Évora*. Já nesses escritos iniciais, o escritor assume o papel do intelectual que, preocupado com os problemas de seu tempo, rejeita a literatura sentimentalista, cujo descompromisso social constitui a razão mesma de sua esterilidade (cf. Coleman, 1980, p. 19-20). Em sintonia plena com a postura

adotada, está o artigo “Estudo social de Portugal em 1871”, prólogo das *Farpas*, e no qual condena, com veemência e bom humor, a literatura dada a platitudes, aos mais baratos clichês românticos, alheia à miséria dos operários e ao sofrimento nas aldeias (Queiroz, [19--a], v. 3, p. 966-968). A assunção de responsabilidades sociais, nutrida por um empenho de oposição às injustiças, não se resume para Eça à literatura, como se verifica em seus relatórios, já como cônsul de Portugal em Havana entre 1872 e 1874, em defesa dos *coolies* chineses, submetidos a um regime de trabalho massacrante, quase escravista, na então colônia espanhola de Cuba.

Neste ensaio, analisarei detidamente “O inverno em Paris”, cujo título foi dado pelo compilador, Luís de Magalhães, quando de sua publicação póstuma em livro, no ano de 1907, como parte das *Cartas familiares e bilhetes de Paris*. Antes, a crônica foi publicada na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 21 a 25 de abril de 1885 (cf. Matos, 1993, p. 531). A importância do texto está no fato de que ele sintetiza, como nenhum outro texto de Eça, as contradições de seu autor sobre a realidade dos pobres e do movimento organizado dos trabalhadores.

A crônica dá notícias do último inverno em Paris, o qual possuiu “todas as condições para ser esplendidamente elegante e alegre” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1312). Os encantos naturais da estação estavam presentes – o frio rigoroso, a neve, “os lagos gelados”, “um sol claro e fino num céu de tons delicados”; enfim, o conjunto de “belezas invernais” capazes de suscitar, “há dez anos”, o “famoso amor do prazer”, fórmula com que se traduzem o refinamento mundano e os deleites da sociabilidade franceses e, sobretudo, parisienses (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1312) Assim, no início, o tom da crônica é ameno, registrando sem compromisso o tipo ideal de inverno prazeroso e, por contraste, a tristeza do mesmo em sua mais recente vigência na capital da França. Por seu lado, a banalidade do assunto – a percep-

da ausência das emoções e prazeres elegantes próprios do frio – não poderia receber tratamento expositivo diferente. Com efeito, a frivolidade da matéria casa bem com o tom brando da exposição. Porém, a certa altura, o cronista não deixa de indagar a razão da tristeza do inverno em Paris. “Por quê?”, pergunta e logo em seguida ele próprio responde, com algum pesar: naquele que lhe parece ser o motivo, não há somente generosidade, mas também “muito egoísmo, e algum medo” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1313). Daqui em diante, pela própria natureza dos assuntos que estarão em pauta – a miséria e a luta de classes –, o modo de expor não será o mesmo: o tom ameno inicial dará lugar a outro tom, por assim dizer, mais participativo, ditado por uma postura inquiridora e pela necessidade de o cronista assumir agora um ponto de vista (muito variável, como veremos). Ou seja, posta de lado a futilidade do tema inicial, os novos assuntos têm a consistência necessária para exigir uma abordagem na qual a parte de comprometimento do escritor como cidadão é decisiva, não obstante a preservação da leveza característica de texto publicado em jornal.

A razão do comedimento festivo no inverno parisiense foi a miséria social, que em alguns países da Europa já apresentava face múltipla, desde a “massa desintegrada”, a qual, na expressão de Marx, constituía o lumpemproletariado, até a situação do operariado industrial (Marx, 1988, p. 44). Se há “delicado pudor” ou “generosidade” no fato de os abastados já não ostentarem a riqueza como antes, o outro móvel de tal atitude é, por certo, “o medo crescente que os ricos têm dos pobres” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1313). Para compreender a mudança, portanto, são insuficientes as explicações de ordem moral, a crença numa tomada de consciência espontânea das classes privilegiadas, enfim a aposta numa transformação de mentalidade desenraizada do chão histórico dos conflitos e antagonismos sociais, cujo caráter ilusório o cronista inicialmente não sanciona. Ao contrário, seu

ponto de vista sugere que a nova situação tem fundamento prático, resulta de uma reconfiguração objetiva de elementos políticos e sociais no panorama francês e europeu da segunda metade do século XIX. Assim, nutrido de senso histórico, ele se refere ao passado no qual o Estado, com seu aparato repressivo e seus instrumentos governamentais, “defendeu sempre o milionário e o seu milhão”, e persiste, “tem ainda a sua base nas classes médias, possuidoras da riqueza” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1313). Amparado por tal cuidado realista na consideração de hegemonias de classe, o golpe de vista para a emergência de novas forças e sujeitos sociais caucionava, não obstante, projeção arrojada, politicamente avançada, de “uma outra organização social em que o Estado tenha por base as grandes massas proletárias, e, em lugar de consolidar, desmanche o poder do capitalismo” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1313). Apesar de Eça nunca ter defendido ideias revolucionárias como a que enuncia em “O inverno em Paris” – e mesmo aqui não a assume em primeira pessoa, optando pela indeterminação do sujeito na construção frasal: “[...] hoje já se considera [...]” –, a crônica alinha-se, nessa passagem, à literatura da época mais comprometida com o que parecia ser a missão histórica do proletariado clássico em formação. Estamos aqui no terreno de Émile Zola, especificamente o Zola de *Germinal*, romance publicado no mesmo ano em que apareceu “O inverno em Paris”: 1885. Embora os trabalhadores sejam, por fim, vencidos e tenham de voltar ao trabalho, premidos pela fome, no encerramento do livro avulta a crença de Etienne Lantier, o personagem principal, na vitória final do quarto estado, após seu imprescindível amadurecimento como classe revolucionária. Aliás, o trecho de “O inverno em Paris”, que agora comento, tem também alguma afinidade com as reflexões de Etienne Lantier sobre a vitória da revolução social, a qual seria certa se o aparelho repressivo do Estado, sobretudo o exército, constituído pelos próprios filhos do povo – como o pobre soldado encarregado de fazer a vigilância da mina durante a greve, no livro –, aderisse

à causa popular.<sup>1</sup> Note-se ainda que, em face de processos em curso nas sociedades europeias mais desenvolvidas por volta do último quartel do século XIX, Eça mostra discernimento histórico ao captar, no registro mais simples e desembaraçado da crônica, a crescente preocupação dos governantes e classes dominantes com os riscos da democratização da política e com a nova força do socialismo impulsionado pela emergência internacional dos movimentos operários de massa durante e após a década de 1880.<sup>2</sup>

Se a pobreza é um problema muito antigo e o pobre sempre foi “vigiado e reprimido”; se antes o miserável foi apenas objeto de desdém dos ricos e suscitou, no máximo, a caridade cujo fim era a ostentação de uma suposta magnanimidade elegante dos abastados; hoje a situação mudou, pois “o pobre saiu do seu obscuro e silencioso opróbrio, apareceu como classe, revelou sua força e falou” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1314-1315). Mais uma vez, a polarização de classes parece ser o tópico na apreciação do processo de mudança histórica. Com efeito, enfatiza-se até aqui a luta organizada dos trabalhadores, como é evidente na consideração dos pobres como “uma irresistível força, que se une, se disciplina, se concentra, se prepara” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1313). Contudo, ao leitor atento não passará despercebida certa dubiedade de critérios avaliativos do cronista, o qual, ao explicar a nova situação, às vezes parece pôr no mesmo nível de importância o pudor dos ricos, ao não mais ostentarem a riqueza, e a capacidade de

---

<sup>1</sup> Embora Lantier julgue como fácil o triunfo da revolução, ele a considera, tal qual Eça na crônica, como possibilidade: “Comme le triomphe de la révolution serait devenu facile, si l’armée s’était brusquement déclarée pour elle! Il suffisait que l’ouvrier, que le paysan, dans les casernes, se souvînt de son origine” (Zola, 1968, p. 375).

<sup>2</sup> Sobre a política que se democratizava e o fortalecimento da organização política dos trabalhadores no período de 1880 a 1914, ver Hobsbawm (1988, p. 125-202).

organização dos pobres nos movimentos e instituições de massas; ou a ternura dos abastados e o terror que lhes inspira a política em progressiva democratização. E, já quase na metade da crônica, a ambiguidade de registros dá lugar a juízos cuja nota sentimentalista, caritativa, de fundo evangélico está em contradição com as formulações anteriores sobre a questão social moderna e, sobretudo, com a projeção revolucionária de “desmanche do poder do capitalismo”. Vejamos qual é o rendimento de tal contradição.

O pobre agora quase não será mais considerado como aquele que suscita medo nos ricos. Até o fim do texto, o cronista pouco falará no proletariado cujo destino histórico, como sugerido anteriormente, talvez fosse o de tomar o poder e superar a ordem burguesa. O pobre passa a ser aquele que “*em vez de se revoltar, se começou a explicar, tranquilamente, como um ser sensato e cheio de justiça*”. Sintomaticamente, só então ele obteve “*seu primeiro triunfo*”, quando sua “*voz nova, triste e profunda, impressionou, foi escutada*” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1315, grifos meus). Em consequência, o rico “*verdadeiramente conheceu o pobre – começou a saber o que é ser pobre*”. Enfim, de tal compreensão resultou “*o sentimento geral, mesmo entre os mais duros [...] (de) que misérias tais se não deviam permitir numa terra cristã*” (Queiroz, [19--a], v. 2, 1315)<sup>3</sup>. Não

---

<sup>3</sup> Essa mesma ordem de ideias está presente num outro texto de Eça, “Colaboração européia: Primeiro de Maio”, publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, no ano de 1892. A certa altura, escreve nosso autor: “então se deu o fato precioso do século – a divulgação, a larga publicidade da miséria, feita como num livro em que todos pudessem ler. Agora sabemos tudo – a fome, o frio, a criancinha sem leite e em farrapos, a enxerga nas lajes e os prantos de cada dia sem o pão de cada dia. O rico, enfim, conhece intimamente o pobre – e daí nasceu, na nossa sociedade democratizadora e humanitária, esta ideia nova de que o mundo por fim está deploravelmente desequilibrado, que há riqueza escandalosa de um lado e do outro miséria escandalosa, e que na ver-

falta a Eça, diga-se, a percepção de que a tomada de consciência dos privilegiados relativamente à pobreza ainda não ultrapassava, salvo exceções, o nível abstrato, sem verdadeiro empenho prático, tendo por consequência mais visível a olho nu apenas um maior cuidado quanto à ostentação de uma riqueza escandalosa diante da miséria majoritária. Porém, trata-se de uma “alta revolução moral”, em cujo âmbito sentimentalidades e práticas caritativas (mesmo que ainda sejam modestas) são remédios, de efeito não imediato, para reduzir as desigualdades sociais.

Entramos agora em campo doutrinário diverso, cuja tônica é a conciliação entre as classes – o apelo a um “renunciamento”, a um “verdadeiro renunciamento social, para que os ricos se despojem, para que chegue a todos um pouco do pão da terra” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1315) – e cujo fim supremo, talvez inalcançável como o próprio Eça ressalva, é a realização cristã da fraternidade universal – “ aquela perfeita elevação evangélica que levava os santos a partilhar com os famintos, com os regelados a metade do seu pão e da sua capa” (Queiroz, [19--a] v. 2, p. 1317). Em linha com o conjunto de atitudes e sentimentos presumivelmente novos que constituem os instrumentos para a superação da injustiça, “a Igreja, a Literatura, a Arte começam a preocupar-se com o pobre, a compreender amorosamente a justiça e o amor que se lhe deve [...]” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1315). Com efeito, o empenho ético de condenação da miséria parece ser considerado como movimento histórico geral, o qual tem como um de seus pilares, sobretudo nos países mais avançados, a crítica às sociedades técnico-industriais em formação:

---

dade os famintos têm direito de exigir e comer tudo o que sobre aos fartos. Esta ideia, que outrora pertencia aos santos, flutua hoje no espírito de todos, mesmo dos pecadores.” Ver Queiroz ([19--b], p. 155-156).

todos tínhamos, com efeito, esquecido o pobre, nesta grande ilusão de deslumbramento do progresso que nos absorveu e nos obcecou setenta anos. Enganados pela ciência, embrulhados pelas subtilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante setenta anos construímos freneticamente vapores, caminhos-deferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que, aos nossos pés, e por motivo mesmo dessa nova civilização utilitária, se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com cada pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre! (Queiroz, [19--a], v. 2, p 1315-1316).

O ponto de vista tem ousadia na medida em que, ao ressaltar o que pode ser socialmente regressivo na valorização acrítica do aprimoramento tecnológico, está na contracorrente da ideologia do progresso do século XIX. Descontado o idealismo da revolução moral, esse questionamento da “civilização utilitária” em “O inverno em Paris” está em convergência com a mais radical teoria crítica do capitalismo, para a qual o avanço técnico “tem o seu reverso de regressão social (ou ecológica)” – uma dialética cujo desvendamento é condição necessária para que não se caia na esparrela de fazer do progresso objeto de uma celebração ingênuas ou de não perceber como perigoso o culto acrítico dele. Segundo a boa lição de Marx, o perigo está na consideração desse conceito “sob a forma abstrata habitual”, tomindo-o assim como um fim do qual derivariam mecanicamente o desenvolvimento social e cultural. Por seu turno, à crítica materialista não escapa o caráter contraditório do conceito no âmbito da civilização técnica-capitalista, o que desqualifica, como ilusionismo, a afirmação do desenvolvimento homogêneo de uma formação social concreta. Assim, especificado historicamente, o progresso técnico perde sua uniformidade e automatismo na medida em que passa a

dividir a cena com o seu oposto, no qual está dialeticamente imbricado. “Aqui progresso, ali regressão” (Bensaid, 1999, p. 43)<sup>4</sup>.

Voltando a “O inverno em Paris”, há na crônica uma postura humanista, com base na qual se recusa a compreensão da miséria social como mero subproduto da modernização capitalista, embora se trate de um humanismo vago, não centrado numa tentativa de entendimento estrutural da sociedade de classes, antes alicerçado num apelo à consciência dos abastados, na invocação à justiça que se deve fazer aos deserdados, à “multidão de famintos” (e, evidentemente, nesse aspecto a posição de Eça nada tem a ver com a de Marx). Considerada no conjunto da obra eciana, a crônica antecipa em parte o romance *A cidade e as serras*, com o qual Eça, a exemplo do Oliveira Martins da última fase de sua trajetória intelectual, toma parte “na grande corrente de pensamento que, na Europa da virada do século, põe crescentemente em causa a exaltação da sociedade urbana, industrial e científica em expansão” (Silva, 1990, p. 272). E para Jaime Cortesão “a condenação da civilização industrial e friamente utilitária” tem de ser posta no rol das afinidades entre “O inverno em Paris” e o “São Cristóvão”, a principal das lendas de santo, postumamente publicadas (Cortesão, 2001, p. 63).

Um pouco adiante, afirma o cronista: as “classes proletárias” passaram a ser objeto de um “esforço humanitário”, expressão do novo interesse dos abastados pelo sofrimento dos despossuídos, agora compreendido como um drama coletivo, diferentemente da piedade pelos pobres de outrora, a qual não ultrapassava o nível individual (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1316). Com efeito, se os pobres são reduzidos à condição de objeto, alvo passivo do humanitarismo burguês que pretensamente se generaliza, dissolvem-se suas marcas classistas,

---

<sup>4</sup> A citação de Marx foi retirada do referido livro de Bensaid.

na medida em que estas não se compreendem desvinculadas de circunstâncias históricas concretas, nas quais é gerada a materialidade da luta de classes. Em outras palavras, classe deve ser entendida como uma formação social e cultural, define-se como uma relação – bem situada nas condições históricas das relações de produção – de uma classe com outras classes, sob o acidente de interesses que se opõem.<sup>5</sup> Em sintonia com a orientação analítica do cronista a certa altura do texto, amiga de generalidades não isentas de peso ideológico, a designação inespecífica de “pobres” aparece aqui esvaziada, desprovida de determinação precisa relativamente aos fracionamentos na base da pirâmide social – já que esta é inconcebível como um todo indiviso, salvo por mistificação. Como vimos antes, o uso da mesma designação, não obstante a inadequação do termo, sinalizava a atuação de uma classe, cuja força estava na razão mesma de sua emergência como agente, com capacidade de intervenção e de mudança: “[...] os pobres são uma irresistível força que se une, se disciplina, se concentra, se prepara” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1313). Agora, porém, o termo vago está inteiramente adequado ao ponto de vista expresso: os “pobres” já não são agentes, já não intervêm como classe – sendo assim, seu horizonte histórico não pode ser senão o de colocar-se na condição de objeto do “esforço humanitário” dos abastados.

Em seu conjunto, muitas das ideias expressas na crônica vão ao encontro do que um ensaísta denominou “socialismo sentimental”, cuja força de permanência na obra eciana é de tal ordem que se pode dizer: desde os textos da juventude até os da maturidade, o autor manteve-se fiel à mesma concepção “socialista”.<sup>6</sup> Outro crítico assi-

---

<sup>5</sup> Para uma discussão breve e certeira dessa questão, consultar o prefácio de E. P. Thompson à sua obra clássica, *A formação da classe operária inglesa* (Thompson, 1997, v.1, p. 9-12).

<sup>6</sup> Sobre essa questão, consultar: Lins (1945, p.176).

nalou “a tendência para uma espécie de socialismo espiritualista, ou cristão”, o qual se intensificou no período derradeiro da produção intelectual de Eça (Cortesão, 2001, p. 58). Em convergência, ao apontar a confiança excessiva na força de convencimento evangélico dos pobres em “O inverno em Paris”, João Medina afirmou a existência nela de uma “ilusão neo-evangélica”, dominante também no “São Cristóvão” (Medina, 1974, p. 218-219).

Por seu irrealismo histórico, a respeito de um momento em que, como vimos, o movimento operário europeu afirmava-se como movimento de massa, e por sua índole contrária ao acirramento do embate entre forças sociais antagônicas, em “O inverno em Paris” o “socialismo sentimental” expressa-se como uma forma de *wishful thinking* do cronista Eça de Queiroz. O argumento segundo o qual a explicitação de um quadro social de misérias seria suficiente, por si só, para suscitar sentimentos generosos por parte dos ricos, com os quais se poderia vislumbrar a construção de uma nova ordem mais igualitária, substituída a radicalidade da luta de classes pelo idealismo de uma interação comunicativa convergente entre desiguais, não sinalizaria a manifestação dos desejos, sem conexões com o mundo real, de um “socialista sentimental”? Inegavelmente, tal postura tem muito de desconversa tranquilizante, cujo intento é o de desviarse de um assunto talvez um pouco pesado, de difícil digestão, impróprio para estômagos delicados. Entretanto, a desconversa não dá conta de tudo e creio que seria uma injustiça ter um autor como Eça de Queiroz na conta de um pequeno-burguês de quem não se pode esperar senão o recuo diante de certos tópicos relativos a questões sociais e políticas, os quais exigiriam exame crítico impensável para a sensibilidade do escritor, muito seletiva em função de sua bem definida posição de classe. Como temos visto, na pauta de assuntos de que se ocupou Eça, como intelectual e cidadão atento aos rumos do mundo, está o problema da situação precária dos trabalhadores e

da necessária superação da injustiça – problema do qual tratou em alguns dos seus textos jornalísticos com a consciência da relevância do tema. Muito já se escreveu sobre limites ideológicos de sua crítica social e política. Postas em confronto com as visões de outros escritores oitocentistas (como, por exemplo, Baudelaire ou Heine) ou vistas hoje da perspectiva de alguém de esquerda, suas respostas sobre a problemática social moderna, em sua maior parte, são precárias e conservadoras. Entretanto, como é óbvio, não cabe ao estudioso de literatura condenar um escritor em razão de eventuais estreitezas de suas concepções ideológicas, mas sim tentar compreender a funcionalidade de tais posições na obra, situando-as no seu tempo. Em “O inverno em Paris”, a desconversa referida funciona em ambição contraditória, como espero conseguir demonstrar até o fim deste ensaio, pois há considerações de outra ordem no texto, as quais dão à crônica seu mordente, com considerável grau de complexidade. Talvez se possa dizer que tais contradições sejam o nexo com que se pode aproximar esse texto de outro escrito jornalístico de Eça sobre a situação dos trabalhadores, como veremos.

Ainda quanto àquele “socialismo sentimental”, vemo-lo claramente na crônica intitulada “O Natal”, de *Cartas de Inglaterra*, publicada originalmente na *Gazeta de Notícias* em 9 de fevereiro de 1881, portanto, antes de “O inverno em Paris”. O sentimentalismo no tratamento do problema da desigualdade social mantém-se, mas estará agora em chave marcadamente pessimista. Assim, as conclusões em “O Natal” serão bem diferentes, contrárias mesmo às expostas na outra crônica, sem prejuízo da afinidade, digamos, afetiva no modo de abordar o tema da pobreza. O mote da tristeza é também o ponto de partida na crônica de 1881: a tristeza de um Natal sem neve na Inglaterra. Todavia, uma primeira diferença é patente: agora não há colaboração da natureza, não há neve, e essa é a razão da tristeza natalina; ao passo que em “O inverno em

Paris” o mesmo sentimento não se deve às condições climáticas, tidas como ideais. A falta de neve inviabilizou toda “a poesia de Natal” descrita por Eça. Com efeito, desde o início até a metade do texto, a irrelevância do assunto é irmã gêmea daquela frivolidade temática notada nos primeiros parágrafos da outra crônica. Em certo momento, porém, o problema social passa a fazer parte das apreciações: “resta a consolação de que os pobres tiveram menos frio” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 521). Sintomaticamente, trata-se de uma consolação inscrita apenas nos domínios da natureza, proporcionada por força de fenômenos naturais, como a indicar que ao destino dos pobres, desconectado da racionalidade moderna dos valores e aspirações igualitários, não resta senão a alternativa de seguir ao deus-dará. Quanto à esfera política da ação dos homens, a desilusão do cronista estampa-se em frases cujo teor, embebido em desencanto, suprime as marcas da historicidade: “as revoluções passam e os pobres ficam” ou “não é possível mudar” ou ainda, em enunciado universalista, tingido de providencialismo desencantado, “onde se comprova que esta humanidade é o maior erro que jamais Deus cometeu” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 522). À diferença da outra crônica, aqui a possibilidade de transformação da ordem social injusta pela intervenção organizada dos trabalhadores está cancelada como uma inutilidade. Em consequência, o campo está aberto para as lamentações e sentimentalidades do cronista. Por outro lado, não há em “O Natal” a crença na capacidade persuasiva dos desfavorecidos e no empenho humanitário dos ricos como solução, o que, nesse aspecto ao menos, gera um ponto de vista menos ingênuo do que o que há em “O inverno em Paris”, ou seja, uma maneira de ver que não respalda o idealismo daquela crença. Porém, no cômputo geral, mantendo a análise na via comparativa, “O Natal” é uma crônica mais fraca, e isso se deve à univocidade de suas conclusões, as quais estão muito aquém do nível dos problemas postos por seu assunto principal. Em formulação sintética, o

ponto de chegada do texto é o seguinte: a compaixão pelos miseráveis, tornada inócuia pela postura cética acerca das probabilidades históricas de transformação social e pelo desprezo dirigido aos “revolucionários endurecidos, dignos do cárcere”, tem por consequência apenas a condenação vaga do “mundo abominável” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 522).

Um registro diferente sobre a questão operária, pela via da crítica irônica, aparece no texto “Os srs. operários e suas greves”, de outubro de 1872, incluído em *Uma campanha alegre*. O humor e a ironia tornam dúbios, em parte, enunciados e declarações. Um dos alvos da crítica humorística é a greve operária. Em forma de carta aberta aos operários, trata-se de pedir a eles moderação no uso do instrumento da greve, que a estudem melhor, pois, se excessivas, as greves podem “causar um encarecimento geral” (Queiroz, [19--a], v. 3, p. 1263). Assim como *Tempos difíceis*, romance de Charles Dickens, no qual o personagem bem-visto pelo narrador é aquele que não participa da greve (cf. Hauser, 1998, p. 854), no texto de Eça o exemplo a seguir é o dos “homens eminentes da Internacional, porventura os mais científicos [que] estão se opondo às greves” (Queiroz, [19--a], v. 3, 1263). Dentro do mesmo espírito, recomendam-se aos operários o estudo e a consulta aos “experientes, que residindo nos grandes centros industriais, têm a plena inteligência da lei econômica das greves” (Queiroz, [19--a], v. 3, p. 1263). De passagem, registremos que, não obstante a leveza humorística, os pedidos e conselhos dirigidos por Eça aos operários são, na verdade, supostos ensinamentos que têm semelhança com *topos* frisado por uma autora como George Sand: a imaturidade do povo. Nessa perspectiva, refratários à intervenção racional, os proletários agiriam apenas por instinto e paixão. Assim, como ainda não estão suficientemente preparados, necessitariam das luzes de conselheiros, de gente mais adulta, a fim de evitar que

ações populares, não devidamente submetidas ao crivo da reflexão e da análise, conduzam ao desastre, ensina o cronista.<sup>7</sup>

À compaixão dirigida aos que vivem em condições precárias e à condenação moral e humanitária das desigualdades sociais, sentimento e postura que constituem o fundamento do “socialismo sentimental”, acrescenta-se a dificuldade de aceitação da greve, na perspectiva do escritor, pois esta é um recurso da capacidade organizativa própria do operariado.<sup>8</sup>

Há ainda dois depoimentos de Eça de Queiroz sobre greves e levanter operário a respeito dos quais vale a pena fazer alguns comentários. Sobretudo o segundo destes testemunhos tem interesse real para o presente estudo, apesar de seu tamanho bem reduzido. Por serem os juízos expressos por Eça nos dois textos muito próximos de outros expostos nos escritos de que me ocupei, minhas observações serão sucintas, evitando assim o risco de repetições desnecessárias.

O primeiro texto, datado de 09 de agosto de 1877, inserido em *Crônicas de Londres*, versa sobre um acontecimento considerado importante: “a formidável insurreição operária que rebentou nos Estados Unidos” (Queiroz, 1982, p. 52). O ponto de partida da insurreição foi uma greve motivada pela redução dos salários e pelo aumento

---

<sup>7</sup> Acerca desse *topos*, ver Oehler (1999, p. 74).

<sup>8</sup> Pouco antes, em 1867, ano em que escreveu para o Distrito de Évora, ao opinar sobre as condições de vida dos operários, Eça as reconhece como deploráveis em grande parte, afirmando a necessidade de mudança de “todo o regime atual da classe operária”. Porém, conclui: “não é debaixo deste ponto de vista (o da luta por melhores salários) que a questão deve e tem de ser considerada, mas sob um aspecto mais alto, sob o ponto de vista moral, religioso, espiritual e político”. Apesar de posto, o fator político aparece aqui diluído pelo conjunto dos outros três fatores – os quais formam, no caso, uma constelação de afinidades valorativas – e pelo afastamento da via conflituosa – sem a qual não se comprehende a interação política das forças sociais em jogo. Ver Queiroz (2000, v. 3, p. 540-543).

da jornada de trabalho impostos pelas companhias de caminhos de ferro de Baltimore e Ohio. O movimento de resistência dos trabalhadores ganhou corpo, atacou o pessoal contratado para substituir os grevistas, enfrentou a polícia e a Guarda Nacional. A greve espalhou-se rapidamente e a situação estava na iminência “de uma temerosa guerra civil”. Mas, para alívio do cronista, a insurreição foi finalmente dominada.

Feita a descrição da revolta, em seu surgimento, apogeu e neutralização, chega o momento de tentar elucidá-la, revelando o que a desencadeou. Para Eça, não resta dúvida de que a ação do partido socialista foi a causa da transformação da greve em revolta. Na sua perspectiva, o respaldo a tal opinião é conferido pelo seguinte juízo: na Europa “o socialismo é um sistema social, político, moral e religioso”; na América “o socialismo é uma hostilidade bruta e instintiva contra todo o que possui e que acumula”. Na verdade, de acordo com a mesma opinião, não se pode usar com propriedade o termo “socialismo” no segundo caso. Outra expressão seria mais adequada: “a canalha”. E para a América se dirige “tudo o que a Europa tem de gente aventureira, turbulenta, descontente, ávida e viciosa” (Queiroz, 1982, p. 53). Os elementos da ordem do destrutivo e do repelente nas caracterizações da multidão agitada, tanto nessa crônica quanto na outra de que me irei ocupar, são os antípodas dos pobres que não se revoltam, mas se explicam calmamente, legitimando, por contraste, as ideias de entendimento, sensatez e serenidade. Trata-se de ideias caras às aspirações de um escritor desejoso de expurgar a luta de classes, para quem é necessário que se gerem as condições para a superação pacífica das disparidades sociais, como temos visto.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Outro exemplo poderia servir de contraponto à multidão desordeira: os trabalhadores londrinos, os quais fizeram as greves das docas e “mostraram durante semanas um respeito da ordem e da propriedade, uma atenção inteligente às

Até o fim, a crônica será uma diatribe contra a “plebe insensata”, desviando-se o foco da causa efetiva, do motivo pelo qual a greve foi desencadeada e sobre o qual deveria incidir a crítica: a decisão dos patrões de explorar os trabalhadores com mais afinco.

Mas é na outra crônica, publicada em 07 de junho de 1878, também hoje parte das *Crônicas de Londres*, pequeno informe sobre uma greve no Lancashire, que se verifica certo movimento da reflexão de Eça sobre a questão social: a oscilação do ponto de vista entre polos que se contradizem, tal qual vemos em “O inverno em Paris”. Aqui, dada a brevidade do texto, as contradições saltam aos olhos, pois os juízos contraditórios são expressos quase sem transição, com pouca preparação de terreno, ou seja, sem uma elaboração argumentativa capaz de soldá-los razoavelmente enquanto partes de uma estrutura discursiva, como se verifica, ainda uma vez, em “O inverno em Paris”.

Não há dúvida quanto ao tamanho da greve: “a maior que se tem dado em Inglaterra há cinquenta anos”. Mas o que merece notação crítica é o fato “de que esteve próxima a tomar o aspecto de uma revolta”. Em momento como aquele, marcado pela maximização das tensões, até mesmo os operários de Lancashire, tidos como “os mais inteligentes, os mais sérios, os mais honestos, da grande população obreira da Inglaterra” tornaram-se “a mais infecta populaçā” segundo a apreciação dos “jornais sérios”. A consequência da atuação da massa desordeira é a substituição da racionalidade do diálogo entre operários e patrões (defendida como se as condições concretas fossem inegavelmente propícias à sua efetivação) pela violência que se expressa nos “incidentes típicos” de uma revolta: “janelas quebradas, polícia apedrejada etc.” (Queiroz, 1982, p. 146).

---

razões econômicas, uma capacidade de sofrer com serenidade, um sentimento de disciplina [...] que fariam honra aos cidadãos mais fortes e elevadamente educados para a vida civil [...]. Ver Queiroz (2000, p. 1491).

Até quase o fim do texto, o objeto da crítica será a revolta dos trabalhadores. Entretanto, no último parágrafo, após rápida observação a respeito da necessidade profilática da conciliação em face da probabilidade de novos confrontos, outra ordem de considerações apresenta-se. Agora, bem ajustado o monóculo eciano ao exame da situação de penúria dos operários, bem como do escândalo da concentração da riqueza que torna possível essa miséria, a argumentação segue por vias nas quais a defesa da ordem, a sacralidade da propriedade e os cultores da lei – um conjunto bem amoldável à indignação das asserções anteriores contra o levante – fazem figura insustentável:

é muito bonito realmente falar na ordem, no respeito à propriedade, no sentimento de obediência à lei, etc., mas quando milhares de homens vêem a sua família sem lume na lareira, sem um pedaço de pão, os filhos a morrer de miséria, e ao mesmo tempo os patrões, prósperos e fartos, comprando propriedades, quadros, apostando nas corridas e dando bailes que custam centos de libras, bom Deus, é difícil ir falar aos desgraçados de regras de economia política e convencê-los que, em virtude dos melhores autores da ciência econômica, eles devem continuar por alguns meses mais a comer vento e aquecer-se à cal das paredes! (Queiroz, 1982, p. 147).

Volto a “Os srs. operários e suas greves”, apenas para assinalar que há nesse texto a previsão da vitória do proletariado, o “quarto estado”, a qual é entendida como “lei histórica”, cujo cumprimento é inevitável, restando discutir apenas o meio pelo qual tal triunfo deve realizar-se (Queiroz, [19--a], v. 3, p. 1261 e 1263). Evidentemente é preciso ter em vista o espírito jocoso verificável no prognóstico. Porém, importa observar que, mesmo em registro cômico, ao prever a vitória da classe operária, Eça recomenda-lhe estudo e intervenção pacífica.

Um pouco diferente é o trecho do penúltimo parágrafo de “O inverno em Paris”, onde o cronista também assinala “o advento do quarto Estado”, “o triunfo social do Proletariado” (Queiroz, [19--a], v. 2, 1318). Mais uma vez nessa crônica, Eça recorre a um prognóstico de cunho revolucionário, experimentando certa fraseologia de esquerda, com a qual sinaliza a possibilidade histórica do advento da sociedade não-burguesa. Note-se, a propósito, a ênfase no sentimento do medo explicitada numa passagem do parágrafo anterior ao penúltimo, no qual se lê que a contenção da graça e do riso por parte da “cidade das graças e do riso” se explica “um pouco por deferência, muito por medo daquela outra cidade que está em torno, mostrando como uma acusação permanente a sua face esfaimada” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1318). De acordo com o início da crônica, o medo que os ricos sentem dos deserdados deve-se à emergência da força destes últimos enquanto classe social “que se une, se disciplina, se concentra, se prepara” (Queiroz, [19--a], v.2, p. 1313); o medo está vinculado, numa palavra, ao antagonismo classista. Portanto, no final de “O inverno em Paris”, em sintonia com a previsão revolucionária e a recuperação do vocabulário que corrobora a luta de classes, há um reinvestimento na possibilidade do conflito, do embate entre forças sociais contrárias em prejuízo do discurso da conciliação e do sentimento.

Sobre a crônica, observemos ainda que a tristeza deixa de ser apenas de Paris durante o seu último inverno para tornar-se, no remate do texto, o prenúncio da (possível, segundo o cronista) revolução social, cuja efetuação poderá tornar a França “a pátria clássica da melancolia” (Queiroz, [19--a], v. 2, p. 1318). Assim, o nexo de melancolia e triunfo do proletariado representaria o fim da alegria, esta já possivelmente em seus estertores e cujo caráter de classe está bem assinalado pelo cronista. Sua *raison d'être* está no descompromisso festivo dos mais abastados com a vida de sofrimento dos trabalha-

dores pobres e dos miseráveis. De passagem, lembremos que o apego à alegria e ao prazer apartados de preocupações sociais aparece também, em registro sardônico, no último capítulo de *O crime do padre Amaro*, romance cuja versão definitiva é de 1880. Ao tomar conhecimento das notícias sobre a Comuna, sobre a Paris que ardia em consequência das batalhas nas ruas em maio de 1871, a multidão em Lisboa exprime seu furor contra os insurrectos em razão da destruição do “sistema de restaurantes, cafés-concertos, bailes públicos, casas de jogo e ninhos de prostitutas”. Com efeito, as pessoas reunidas no Chiado não podiam aceitar que as chamas não poupassem “aquela centralização tão cômoda da patuscada” (Queiroz, [19--a], v.1, p. 364)<sup>10</sup>.

No entanto, creio não ser absurdo fazer certas interrogações a respeito dessa alegria a extinguir-se, ditadas pelo andamento da crônica entre polos inconciliáveis. Tais perguntas viabilizariam outros sentidos que não anulariam, entretanto, a interpretação referida, com a qual estariam em tensão. Se a vitória do proletariado tem de estar associada ao melancólico, não haveria aqui a consideração da tristeza numa chave ideológica sintonizada com a burguesia? Por que outra alegria, identificada com o proletariado, não é tomada como sucedâneo da alegria da outra classe? Essa alegria burguesa não teria nesse caso sentido universalista, segundo o qual a burguesia representa interesses gerais, universais que, com sua queda, estariam comprometidos? Não se poderia ver aqui uma indicação sutil de que é preciso evitar o triunfo do proletariado, o qual tornará a França a

---

<sup>10</sup> No mesmo capítulo do romance, há também lamentos pelo Hôtel de Ville, “tão bonito”, (Queiroz, 19--, v. 1, p. 364). Lembremos que Marx registra a propósito da Comuna: “[...] o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva ante o espetáculo da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, ondeando sobre o Hôtel de Ville” (Marx; Engels, [19--]), p. 85).

pátria da melancolia, pela via de um humanitarismo efetivo dos privilegiados? Se o leitor julgar pertinentes tais questões, abre-se um flanco para outra conclusão: o caráter de classe dessa alegria, que possivelmente fenece, é, também ele, ambíguo, ao mesmo tempo lucidamente progressista e ideologicamente conservador, afirmando uma vez mais a feição contraditória da crônica.

Em suma, é patente em “O inverno em Paris” a coexistência de registros contraditórios, sem solução de síntese, na apreciação da questão social moderna. A crônica dá bem a medida dos impasses de um intelectual que sempre esteve preocupado com a construção de uma sociedade mais igualitária, não deixou de reconhecer o poder do movimento operário que despontava, mas preferia crer num progressivo esclarecimento das elites e na prevalência dos bons sentimentos. De resto, quanto a preferências teóricas e ideológicas, talvez caiba considerar a proximidade entre Eça e algumas concepções de Proudhon, na medida em que a indefinição entre critérios avaliativos – ora a afirmação de antagonismos sociais e do uso de um vocabulário de timbre revolucionário, ora a aposta na aprovação ética dos ricos à necessidade de reestruturação da sociedade – converge com as limitações do socialismo de Proudhon, cujo movimento pendular entre a conciliação e a incompatibilidade dos interesses de classes é conhecido (Droz, [19--], v. 3, p. 684-729).<sup>11</sup>

Uma notação última sobre a crônica: movimento pendular semelhante entre juízos antinômicos pode ser considerado mesmo como o princípio básico de sua construção. As contradições constituem o nervo da composição e as tensões se instalaram decisivamente. Assim, não há apenas substituições ou oscilação de pontos de vista antagônicos. Ou seja, não basta verificar que ora se trata do reconheci-

---

<sup>11</sup> Ver especialmente a parte do estudo em que se comenta o “segundo” Proudhon.

mento da luta de classes por parte de Eça, ora de sua recomendação da via pacífica – embora isso seja verdadeiro e constitua elemento importante do problema. O tensionamento das apreciações, o qual espero ter demonstrado ao analisar o movimento da crônica e ao compará-la com outros textos do autor, é o que me parece central.

Para encerrar, quero sugerir um nexo, o qual me parece sustentável, entre um trecho do romance *O primo Basílio* e o problema analisado nas crônicas. O interesse agora está no retrato de Juliana, traçado com minúcia; a meu ver, uma das mais duras passagens do livro.

Criada apenas por sua mãe, uma engomadeira, ainda na casa materna conhecera o peso das más palavras: em certa ocasião, fora insultada por uma vizinha. Desde a juventude servia. À falta de reconhecimento das tarefas que executava somavam-se os desconfortos de toda sorte, as humilhações e a saúde minada. Passar de um amo a outro constituía o único traço de mudança, inócuo, na rotina servil, cuja reprodução pesava como uma condenação a que não se pode pôr fim:

vinte anos a dormir em cacifros, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repelões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfalfar-se quando voltava a saúde! ... Era de mais! (Queiroz, [19--a], v.1, p. 912).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Ao acentuar o que há de desamparo e sujeição na sua trajetória, o desabafo de Juliana evoca, em parte, o resumo de vida de uma personagem pobre de Machado de Assis, Dona Plácida, quando Brás Cubas imagina o que diriam os pais da mulher humilde se ela lhes perguntasse para que a trouxeram ao mundo: “chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital; foi para isso que te chamamos, num

Em resumo, no quadro exposto emerge o esmagamento de expectativas numa existência emparedada como a de Juliana. Sendo assim, sobressai a denúncia do sofrimento rotinizado, sobre o qual pesa a indiferença dos outros. O que há aqui de importante, para a minha análise, está numa breve passagem um pouco posterior. Ao dar continuidade à exposição da trajetória de Juliana, o narrador faz referência ao hábito da personagem de odiar as patroas, manifestando a opinião de que ela o faz “com um ódio irracional e pueril” (Queiroz, [19--a], v. 1, p. 914). Em seu estudo sobre o Portugal oitocentista a partir dos romances de Eça, Beatriz Berrini indaga acerca da razão de tais qualificativos (Berrini, 1984, p. 90). Assinale-se aqui uma quebra ostensiva do disciplinamento à isenção do narrador. A flagrante ruptura do modelo de imparcialidade narrativa ou escrita objetiva, nunca plenamente realizado diga-se, enseja um desajuste significativo, a meu ver. Pois se o ódio da criada tem razões muito fortes, fundado no discernimento das injustiças, humilhações e hostilidades dirigidas a quem é obrigado a suportar uma carga de trabalho que lhe arruína a existência, os qualificativos parecem algo deslocados, gratuitos. Porém, o desajuste e a gratuidade, bem vistas as coisas, acabam revelando sua pertinência por um flanco inespe-

---

momento de simpatia” (Assis, 1997, p. 117). É claro que em Machado o registro é diferente, há um intento escarninho complexo, como tão bem o demonstrou Roberto Schwarz: os infortúnios de Dona Plácida são expostos pelo narrador em primeira pessoa, o qual é também um representante da classe proprietária. Assim, além da denúncia, temos um autodesmascaramento de classe, cuja complexidade reside no fato de o narrador mobilizar sutilmente um arsenal de ideias modernas prestigiosas, linguagem fatalista, diferentes formas literárias e estilos artísticos para afirmar a funcionalidade da pobreza, na medida em que esta lhe é favorável, bem como fazer praça de sua superioridade social. O arranjo especioso, urdido com maestria, aviva o caráter inaceitável de tais posições. Ver Schwarz (1990, p. 102-105) (fiz aqui um resumo grosseiro das análises penetrantes de Schwarz).

rado. Minha hipótese é a seguinte: tal descompasso talvez seja da mesma ordem daquele que assinalei no reconhecimento da justezza das reivindicações operárias dentro de uma explanação cujo teor judicativo condenava como ações da “canalha” as intervenções insurrecionais, surgidas em razão daquelas mesmas reivindicações – descompasso explicitado na crônica sobre a greve no Lancashire e constitutivo das posições de Eça sobre a questão operária. A ser assim, posto no tablado da luta de classes, objeto da análise do cronista, o “ódio irracional e pueril” poderia traduzir-se, num exemplo, por aquela “hostilidade bruta e instintiva” do socialismo na América contra a acumulação de riquezas numa das *Crônicas de Londres*, pois os adjetivos não deixam dúvida de que as avaliações, marcadas por tamanho desprezo, respaldam uma posição de classe. Os adjetivos se dirigem unicamente à parte fraca da relação (por que o narrador não qualifica da mesma maneira o sentimento correspondente de Luísa por Juliana no romance?; por que o cronista não critica com tais adjetivos a hostilidade que têm os ricos contra os despossuídos?), localizando unicamente aí o avesso da racionalidade a evitar-se.

No conjunto das crônicas analisadas e na referida passagem de *O primo Basílio*, Eça de Queiroz manteve-se fiel a dissonâncias e contradições, e essa fidelidade, quanto às questões expostas neste ensaio, não deixa de ser um sinal de coerência do escritor.

RECEBIDO: 23/07/2025

APROVADO: 07/09/2025

## **REFERÊNCIAS**

- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 1997.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BERRINI, Beatriz. *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

- COLEMAN, Alexander. *Eça de Queirós and European realism*. New York: New York University, 1980.
- CORTESÃO, Jaime. *Eça de Queiroz e a questão social*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2001.
- DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. 3. v. Lisboa: Livros Horizonte, [19--].
- HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LINS, Álvaro. *História literária de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Edição da Livraria do Globo, 1945.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 4. ed., v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 1-82.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [19--]. v. 2.
- MATOS, A. Campos (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- MEDINA, João. *Eça político*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- OEHLER, Dolf. *O velho mundo desce aos infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- QUEIROZ, Eça de. *Obras de Eça de Queiroz*. 3. v. Porto: Lello e Irmão, [19--a].
- QUEIROZ, Eça de. Colaboração europeia: Primeiro de Maio. In: QUEIROZ, Eça de. *Obras de Eça de Queiroz: Últimas páginas dispersas*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”. [19--b]. p. 143-160.
- QUEIROZ, Eça de. *Crônicas de Londres*. Lisboa: Círculos de Leitores, 1982.
- QUEIROZ, Eça de. *Obra completa*. 4. v. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo – Machado de Assis*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SILVA, Augusto Santos. “Para uma perspectivação histórico-sociológica da obra de Eça de Queirós”. In: *Eça e Os Maias: cem anos depois. Atas do I Congresso Internacional de Queirosianos*. Porto: Edições Asa, 1990. p. 267-275.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 3. ed., v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Paris: GF-Flammarion, 1968.

### MINICURRÍCULO

**JOÃO ROBERTO MAIA** é professor e pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutor em Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de *O trabalho e “a velha ousadia da palavra”: de Eça a Saramago, trabalhadores na literatura portuguesa* (Novas Edições Acadêmicas); coautor de *Em parceria: estudos de literatura, crítica e sociedade* (Azougue Editorial); e organizador de *Pensar a loucura: trilhas literárias, culturais, históricas* (Editora Fiocruz).